

**CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR**

**17.09.2019**

**CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR**

**17.09.2019**

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Havendo número regimental declaro aberta a 20ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato 47, de 2019, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidade afetas à gestão da Fundação para o Remédio Popular, Furp, envolvendo casos de corrupção no contrato para a construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e a ausência de planejamentos e impactos da judicialização das demandas para fornecimento de medicamentos de alto custo.

Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados. Deputado Agente Federal Danilo Balas, deputada Beth Sahão, deputado Carlão Pignatari, deputado Edmir Chedid, na Presidência, deputado Alex de Madureira e deputado Ricardo Madalena.

Solicito à Sra. Secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Pela ordem, deputado Agente Federal Danilo Balas.

**O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Se está dispensada a ata.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Na pauta de hoje temos dois itens. O primeiro é a apreciação de requerimentos constantes da pauta e o segundo é proceder à oitiva do Dr. Giovanni Guido Cerri, ex-secretário de Saúde do Estado de São Paulo, a quem eu peço para já compor ao nosso lado aqui enquanto a gente faz a votação dos requerimentos, agradecendo desde já a sua presença, Dr. Giovanni.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Pela ordem, nobre deputado Ricardo Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Como todos sabem, eu sou suplente nesta comissão. O deputado Thiago, infelizmente, não pôde estar presente. Mas, eu gostaria de saber quem está sendo arguido na data de hoje, e o nome de quem o acompanha, e qual o cargo da pessoa que está o acompanhando.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Nobre deputado Ricardo Madalena, digno presidente da Comissão de Transportes e Comunicações da Assembleia, parabenizá-lo pelo seu trabalho lá.

Hoje, nós temos aqui o Dr. Giovanni Guido Cerri, que foi secretário de estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo. E, traz uma procuração do próprio ex-secretário, o advogado Dr. Arcênio Rodrigues da Silva. É o advogado do Dr. Giovanni que o acompanha.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Quem está ao lado é o Dr. Arcênio, é isso?

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Arcênio.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Eu só quero deixar aqui registrado para os demais pares que este advogado fez parte da CPI da fosfoetanolamina, no qual ele era advogado dos funcionários do Icesp.

Então, que fique de alerta aqui que este advogado está, vamos dizer assim, em todos os sentidos, quando se trata da área da Saúde. Eu acho que merecia uma atenção maior nesse sentido.

Muito obrigado.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Obrigado, Excelência.

Pela ordem, nobre deputado Carlos Pignatari, líder do Governo.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - O respeito que eu tenho pelo deputado Madalena é... O advogado pode ter 500 clientes. Eu não consigo entender.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Sem dúvida nenhuma. Eu só pedi atenção.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Eu não consigo entender uma coisa: pediu atenção por quê? Ele é mau-caráter?

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - De forma nenhuma.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Não é assim.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Eu só pedi para que haja uma investigação. Nesse sentido.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Nós não podemos começar uma coisa de CPI ou de qualquer coisa com uma situação dessas: um constrangimento desse a uma pessoa que está aqui, que veio para nos ajudar.

Então, presidente, por favor. Eu acho que isso não é de bom grado para qualquer sentido para essa discussão parlamentar.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Pela ordem, nobre deputado.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Eu só fiz uma sugestão. Se for acatado, muito que bem. Se não for, fique como está.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - O senhor fez uma constatação dizendo que ele participa de várias CPIs, advoga.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Sim, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Não tem nada contra o advogado?

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - De forma nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Dando prosseguimento, então, nós temos aqui um requerimento da nobre deputada Beth Sahão, datado de 6 de setembro de 2019, de cujo objeto passo a fazer leitura.

Requerimento de número 35 requer, nos termos regimentais, que seja convocado para comparecer a esta CPI a Dra. Maria Lia Pinto Porto Corona, procuradora-geral do estado de São Paulo, para prestar esclarecimentos acerca das providências adotadas no âmbito da PGE, visando apuração e responsabilização dos agentes públicos da Furp nas ilegalidades praticadas na execução do contrato de construção da fábrica de medicamentos de Américo Brasiliense, bem como para esclarecer o posicionamento do parecer GPG número 1/2016, exarado nos autos do Processo nº 16847-587186/2013.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Pela ordem, nobre deputado Carlos Pignatari.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Eu fiz uma, com a deputada Beth, pedi a ela que ela retirasse esse requerimento se fosse possível, para que possam informar todas essas coisas. Porque, em 2016, a Lia, que hoje é a procuradora, não era a procuradora. Ela não era a procuradora geral, mas já era procuradora.

Então, eu quero saber se pode, se ela pode retirar para que mande todas essas informações de ofício, com ofício da Procuradoria Geral do Estado, e ela envia esta semana para a CPI.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Nobre deputada.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Eu conversei com o deputado Carlão Pignatari. Eu acho importante o seguinte: é claro que a presença dela aqui seria muito melhor, porque a gente poderia questioná-la sobre vários aspectos, inclusive na demora de respostas que a PGE tem tido em relação a essas questões aqui.

Sou minoria aqui na Comissão, na CPI. Portanto, eu gostaria, Sr. Presidente, eu até acordei com o deputado Carlão de então podermos encaminhar os ofícios, mas que fosse pré-datada quando que essas respostas chegarão aqui à CPI. Todos os nossos questionamentos.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Sem nenhum problema, deputada.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Porque, inclusive, teve, não me lembro qual foi um dos nossos depoentes aqui que citou que já estava na PGE há bastante tempo, e que ele não entendia, inclusive, por que. Nós perguntamos, e ele falou: "Olha, ainda...", que realmente ele não tinha responsabilidade.

Então, a responsabilidade da PGE quando questionada sobre determinados aspectos, tem que dar um pouco de celeridade nas suas respostas para a Casa, ou para outros órgãos públicos. Tem também outras questões, que eu estive no Ministério Público e que também está aguardando respostas da PGE.

Então, nesse sentido eu gostaria... Tudo bem, porque ele falou que vai pedir vista, ou então eles vão derrotar meu requerimento. Então, para que eu não seja derrotada aqui nesse requerimento específico, eu gostaria que fosse oficiado à PGE todas aquelas informações que nós desejamos, e que também, se possível, fosse solicitado que chegasse a essa CPI o mais rapidamente possível, a tempo de nós lermos e verificarmos aquilo que nós podemos depreender do conteúdo que virá.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Tudo bem, Excelência. Então, a senhora...

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Lógico, concordo. Eu quero dizer, Beth, deputada, desculpe, se... como é minha vizinha, mas nós temos aqui na liderança do governo um canal direto com a Procuradoria, que o Dr. Vinícius nos atende. Então, se tiver alguma dificuldade, alguma resposta, e qualquer outro assunto, se quiser nós podemos ajudar, para que... Eu não acho correto e nem justo ficar sem resposta, imediatamente, porque tem a resposta.

Então, eu acho que isso, se tiver alguma dificuldade, presidente, você pode me contatar, ou contatar a liderança do governo, que a gente vai pedir que seja urgentemente emitida essa resposta, essa da procuradora. Eu estava falando com ela aqui, agora, ela me disse que essa semana, o mais tardar começo da semana que vem, está aí, estão aqui na Comissão as respostas.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Tudo bem, Excelência.

Conhecendo o deputado Carlão Pignatari, se qualquer pessoa do governo não cumprir aquilo que combinou com ele, ele cobra veementemente. E acredito até que se não vier a resposta, ele mesmo faz o requerimento, conhecendo a forma que ele atua.

Quero registrar a presença do nobre deputado Cezar, que se faz presente, membro efetivo da Comissão. Cumprimentar o nobre deputado Alex de Madureira, que hoje faz aniversário. Parabenizá-lo, desejar saúde.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Felicidades, cada dia melhor no mandato aí, casamento novo. Está bem. Parabéns!

Bom, dando sequência, já que foi retirado o requerimento pela autora, a nobre deputada Beth, temos aqui o Dr. Giovanni Guido Cerri, que foi secretário de Saúde do Estado de São Paulo, e nós passamos a palavra ao senhor Dr. Giovanni. O senhor sabe que aqui nós estamos numa CPI para tratar das irregularidades, os problemas que houve com a Furp, uma denúncia de uma delação premiada quanto à construção da fábrica, e também para apurar o contrato da parceria público-privada, os prejuízos que vem causando ao Estado, à Secretaria. O nosso intuito aqui é que a Furp seja superavitária, que ela possa produzir os medicamentos, ajudar o governo do estado de São Paulo e a população de São Paulo.

Passar a palavra ao senhor por até 10 minutos, para o senhor fazer uma explanação que julgar necessária, e depois abro o questionamento aos Srs. Deputados.

Desde já agradeço a sua presença aqui.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Obrigado, deputado Edmir Chedid, deputados presentes. Eu vou fazer um pouco o histórico de como foi o tempo que eu passei na Secretaria e as dificuldades que nós encontramos.

Quando eu assumi a Secretaria de Estado, em 2011, nós encontramos a Secretaria com uma situação bastante difícil, porque a rede de atenção à saúde tinha sido bastante expandida no governo anterior, na gestão do Barradas. Existiu uma outra crise econômica em 2008, e nós recebemos a Secretaria com um déficit bastante grande, de quase um bilhão de reais. E no momento aonde se expandia a rede de AMEs do estado de São Paulo e o custeio estava aumentando, ou seja, a situação financeira não era confortável.

A verdade é que a Saúde nunca tem uma situação financeira confortável; ela sempre vive em crise, porque os recursos alocados são sempre inferiores ao necessário.

E dentro desse quadro também estava a Furp. Ela não só apresentava um déficit orçamentário como devia iniciar os pagamentos da construção da fábrica. E tinha uma fábrica pronta onde o Estado tinha feito grandes investimentos, e a fábrica nada produzia, produzia um medicamento que, na verdade, era um medicamento em teste. Então, eu diria que o panorama geral da financeira da Secretaria, era um panorama difícil. E a Furp acompanhava esse panorama. A situação semelhante no Butantan, em outros institutos ligados à Secretaria.

Então, o que nós passamos, ao longo de quase três anos que ficamos à frente da Secretaria, foi tentar levar a um reequilíbrio financeiro da Secretaria e poder abrir as unidades de Saúde que estavam em vias ou tinham sido inauguradas, principalmente os AMEs.

Em relação à fábrica, à nova fábrica da Furp, da Américo Brasiliense, era uma equação que realmente não fechava. É claro que nós precisamos analisar cada momento em separado, quer dizer, essa fábrica foi feita, a decisão de realizar aquela fábrica, em determinado momento, foi porque existia uma demanda. Quando a fábrica ficou pronta, a realidade era outra, principalmente em razão dos genéricos, a produção dos genéricos, que mudou muito o panorama farmacêutico no País. A verdade que essa nova fábrica da



Furp era complementar à primeira, voltada mais para a parte de injetáveis. Então, para que a fábrica funcionasse eram necessários mais investimentos, mas também não era claro o que essa fábrica poderia produzir naquele momento para ajudar a Furp, e a fábrica não tinha condições de ser vendida, ou seja, não havia interessados em adquirir a fábrica. Então, buscou-se uma solução, naquele momento, para a fábrica de Américo Brasiliense.

No governo anterior já tinha sido discutida a possibilidade de uma PPP. Então, essa ideia foi retomada, e a comissão paulista, Empresa Paulista de Parcerias Público-Privadas, ligada à Secretaria de Planejamento, foi adiante com essa possibilidade, a construção de um projeto de uma PPP para a segunda fábrica da Furp, a fábrica de Américo Brasiliense.

Essa é uma realidade nacional. Em determinado momento vários estados resolveram incentivar a fabricação de remédios através de uma estatal, de uma empresa, ou pública ou mista em vários estados do País.

Deve ter mais de dez empresas como a Furp, todas em dificuldade em razão hoje da oferta de medicamentos a um preço bem mais acessível. É uma situação da Furp e é uma situação semelhante ao que ocorre em outras estatais farmacêuticas.

Eu acho que o panorama era esse, era a Furp de Guarulhos deficitária e uma nova fábrica pronta que o estado não tinha... Precisava investir mais para que ela fosse operante, e o momento de quando foi ela foi planejada do momento quando assumi a Secretaria era outro, né? Já não cabia mais ao estado a produção de medicamentos, porque a oferta, a fabricação nacional existente era bastante grande. Eu faço assim um resumo um pouco do panorama do que eu encontrei na Secretaria e como foi conduzida essa questão da PPP através da Secretaria de Planejamento.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Muito bem, muito obrigado, Giovanni. Passo a palavra à nobre deputada Beth Sahão, autora do requerimento e a primeira inscrita para fazer seus questionamentos pelo tempo regimental.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Bem, primeiro quero agradecer a presença do secretário Giovanni Guido. Pouco mais de dois anos após a sua posse na Secretaria de Saúde, foi publicado o edital da concorrência internacional da PPP,

parceria público-privada da fábrica da Furp de Américo Brasiliense, como o senhor acabou de relatar.

À época, as afirmações da Secretaria eram no sentido de que, com essa PPP, haveria uma importante ampliação na lista de medicamentos oferecidos à população, além da transferência de tecnologia para novos produtos e investimentos na fabricação de genéricos.

O senhor disse que realmente o cenário de produção de genéricos no País mudou. No entanto, a execução do contrato revelou, ao longo do período, sérios problemas na concepção desse mesmo contrato, por exemplo, investimentos previstos incompatíveis com as necessidades dos medicamentos e não individualizados. Eu vou pontuar e depois eu gostaria que o senhor, por gentileza, comentasse:

- a vinculação dos valores dos medicamentos, a tabela que não corresponde aos preços do mercado;
- a impossibilidade de realização do reequilíbrio econômico e financeiro, pois os valores praticados pelo contrato não dissociam o que é custo do medicamento e o que é investimento realizado também;
- o prazo para o registro de medicamentos na Anvisa, previsto no contrato de dois anos, incompatível com a realidade - os depoentes aqui informaram que o prazo é maior;
- e a lista de 96 medicamentos, que não condiz com as necessidades da Secretaria de Saúde.

Isso tudo é depreendido, da nossa parte, de todas as oitivas que nós tivemos aqui.

Eu gostaria de questioná-lo em relação ao seguinte: o que aconteceu de errado com a modelagem pensada na licitação? Quer dizer, onde não deu certo, na opinião do senhor, para a gente ter todos esses questionamentos e tudo aquilo que vem acontecendo e que parece que o governo não sabe o que vai fazer, né? Se vai manter essa parceria, parceria que dá prejuízo hoje para o governo, e o que vai fazer com a Furp de Guarulhos. Inclusive amanhã nós devemos ter uma audiência lá.

Enfim, o cenário é confuso, e não nos parece que há um direcionamento, salvo a ideia do governo de querer privatizar ou extinguir a Furp, no caso a de Guarulhos, que ainda está sob o domínio do estado. No entanto, a de Américo Brasiliense - ia falar Araraquara porque é pertinho - ainda é um grande problema que gera um custo que nós estamos entendendo que não é compatível com os custos de mercado e, mais do que

isso: todas as informações que nós temos dizem que aquela fábrica - não sei se na época do senhor era assim também - produz 25% da sua capacidade. Ela poderia produzir muito mais.

O secretário de Saúde esteve aqui, nós o questionamos sobre isso - o atual secretário de Saúde -, e ele disse que os preços que são comprados de lá são mais caros que os de outros laboratórios que eles têm na lista de preços que é feita pela Secretaria.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - É, acho que alguns desses questionamentos eu não saberia responder, porque na verdade existiu um grupo especializado em PPP, inclusive com diversas assessorias, que fez essa modelagem. Essa modelagem não foi construída dentro da Secretaria da Saúde, a Secretaria da Saúde nem teria competência para isso. A Secretaria da Saúde apoiou do ponto de vista técnico, de elaborar uma lista de medicamentos que naquele momento a Secretaria precisava entregar ou comprar, né?

Nesse aspecto, eu tenho certeza que a lista de medicamentos era uma lista que naquele momento era uma lista necessária. Quanto à modelagem econômica, eu acho que aí teria que realmente fazer as questões aos especialistas que conduziram essa modelagem naquele momento.

A verdade é que a Saúde é muito dinâmica, né? Quando houve a concepção de fábricas de medicamentos estatais, eram fábricas que ajudavam a regular o mercado. Com os genéricos, a oferta de medicamentos no mercado aumentou muito, e as farmacêuticas estatais todas entraram em crise e se tornaram deficitárias. Se for avaliar até o preço, o custo de medicamento que a Furp faz é bem mais caro do que uma empresa farmacêutica faz. É um ônus do estado, né? Talvez...

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Mas, por outro lado - desculpe-me interrompê-lo -, a informação que nós colhemos ao longo desta CPI é que ela também tem produtos que hoje esses laboratórios também já não querem mais produzir, o que, para quem precisa desses produtos, é algo importante.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - É exatamente o comentário que eu ia fazer. O Hospital das Clínicas produz alguns medicamentos. Um medicamento, por exemplo, que os laboratórios não se interessam mais em produzir é benzetacil, para

infecção estreptocócica de garganta. É o melhor medicamento para um problema muito frequente na população, só que o valor agregado do medicamento é muito baixo, os laboratórios não têm interesse.

Então, talvez a função dos laboratórios estatais seja produzir esses medicamentos que se podem considerar tecnologicamente superados, mas importantes, atuais e de baixo custo para a população. Agora, esses medicamentos serão produzidos pelo laboratório estatais com um custo muito alto, ou seja, vai ser um ônus para o Estado produzir esses medicamentos, mas são medicamentos necessários para a população. Então, eu acho que não pode ser só visto do ponto de vista econômico.

A população precisa de alguns medicamentos. Se os laboratórios privados não fornecem, o Estado tem que produzir ou tem que entrar com entendimento para que esses laboratórios produzam. O que não se pode é deixar a população sem medicamentos que são considerados essenciais.

Eu acho que isso entra muito numa política que tem que ser desenvolvida por quem está no governo agora decidir. Muito bem, nós vamos fechar essa estatal e outras estatais de medicamentos no País. Quais são os medicamentos que são essenciais, são produzidos por esses laboratórios e não são produzidos por laboratórios privados?

Aí ou o laboratório estatal produz ou existe um acordo para que os laboratórios privados produzam. Essa equação é real. É como o caso das vacinas. Por que as vacinas são produzidas pelo Estado? Porque os laboratórios não se interessam em produzir algumas vacinas que têm o custo muito baixo; o Estado entra como regulador.

Agora, muitas vezes o Estado não consegue produzir por um custo baixo. Essa é uma equação complicada de fechar, mas medicamentos necessários têm que ser produzidos ou pelo Estado ou pelos laboratórios privados.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Os laboratórios privados, inclusive, acho que há cerca de 15 dias saiu uma matéria eu não me lembro se foi na Folha, que alguns laboratórios, o Lilly e mais um outro laboratório, iam deixar de produzir alguns medicamentos. Não sei se é de conhecimento do senhor, por conta de que para eles não era rentável.

Quer dizer, o laboratório privado tem uma outra lógica, a lógica do capital, que ele vai produzir medicamento, mas ele não vai produzir nenhum medicamento que possa ensejar qualquer prejuízo para ele. Então a nossa preocupação vai ao encontro

daquilo que o senhor acabou de dizer, ou seja, medicamentos importantes que são utilizados para a população muitas vezes é preciso...

Às vezes o Estado tem que ser onerado porque é indispensável para tratar de determinadas doenças e eu vou ser muito sincera com o senhor, eu sou muito cética no sentido de que laboratórios privados irão incorporar a produção de medicamento caso esses medicamentos deem prejuízo para eles. Acho que eles não têm esse espírito de serem bons samaritanos não.

Mas eu tenho mais uma questão ao senhor. A ação judicial interposta pelo consórcio liderado pela Camargo Corrêa, em 2012, questionou o desequilíbrio econômico-financeiro da obra da construção da fábrica de Américo Brasiliense. Eu pergunto se o senhor participou da decisão da Furp de não recorrer e pagar cerca de 22 milhões - tem gente que fala que foram 25 milhões - em 48 vezes ao consórcio. Como é que foi essa história e qual foi a sua participação, se é que ela houve, nesse sentido?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Nenhuma participação. Na verdade eu acabei conhecendo essa questão recentemente pelos jornais. Eu acho que essa ação devia estar correndo enquanto eu era secretário. Ela deve ter sido concluída quando eu já tinha saído.

Esse assunto nunca foi discutido no meu gabinete na Secretaria, nem tivemos nenhum contato com Camargo Corrêa. Na verdade eu até desconhecia que a Camargo Corrêa tinha feito essa fábrica.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Essa obra então não esteve subordinada à Secretaria Estadual de Saúde?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não, não esteve. Nós encontramos a fábrica pronta e a questão era mais o que fazer com a fábrica.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Nobre deputado Cezar, por gentileza, para um aparte, não é, deputado?

**O SR. CEZAR - PSDB** - Sr. Giovanni, pegando um gancho da minha companheira aí, o senhor conheceu o Flávio Vormittag? Foi da sua época?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - O primeiro superintendente da Furp foi o professor Moisés Goldman, que é um professor da faculdade de Medicina que tinha sido secretário de Tecnologia do Ministério da Saúde...

**O SR. CEZAR - PSDB** - A pergunta é simples: o senhor trabalhou com o Vormittag?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - O Flávio foi superintendente da Furp na minha gestão.

**O SR. CEZAR - PSDB** - No seu gabinete?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Sim.

**O SR. CEZAR - PSDB** - E o Luiz Mahfuz, também foi?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não sei quem é.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Não sabe, o engenheiro?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não sei quem é.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Está ok. Continue Beth.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Eu por enquanto devolvo a palavra ao presidente, agradecendo as suas respostas e considerações posteriores se houver eu farei.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Obrigado.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Pergunto aos Srs. Deputados se alguém tem mais algum questionamento a fazer ao Sr. Giovanni Guido Cerri.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Sr. Presidente, lógico que eu tenho. Eu estou ausente aqui, não é, Sr. Giovanni? Eu fiquei ausente, Sr. Presidente, por motivo de saúde e a turma começou a combater aí, não é, Beth?

O que eu falo para o senhor é o seguinte: nós estamos aqui numa CPI para apurar o que aconteceu lá e o senhor estava lá, o senhor chegou no momento exato. O senhor disse aí em viva-voz que a Guarulhos dava prejuízo. Guarulhos era uma empresa que já dava prejuízo para o estado.

E quando o senhor chegou acho que todo mundo sabia. Ou o senhor foi colocado lá para tentar resolver ou todo mundo sabia que ali o prejuízo era grande, em Guarulhos. Tentaram fazer em Américo Brasiliense um prejuízo maior ainda. Então houve um doutorado nisso aí, em dar prejuízo para o estado. “Se aqui dava, eu vou fazer outra empresa e ela dá também”, e o senhor estava lá.

O senhor disse que trabalhou com o Vormittag e o Vormittag foi uma pessoa que foi citada na delação e estava no seu governo na época. O senhor ficou sabendo disso.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Sobre essa delação?

**O SR. CEZAR - PSDB** - É.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Isso eu li recentemente. Devo dizer que o Vormittag é um indivíduo que teve uma atuação destacada na área Farmacêutica no País. Ele liderou vários laboratórios farmacêuticos.

Hoje, está no Ministério da Saúde. É uma pessoa que tem todas as credenciais para ter sido superintendente da Furp. Então isso eu posso dizer a respeito do Vormittag. Credenciais ele tem, tem currículo, tem conhecimento.

Em relação a esse P.O. da delação, isso tem que ser averiguado e se houver qualquer coisa que não seja correta, que isso seja averiguado e que exista uma punição, mas em relação às competências do Vormittag, é só conhecer o currículo passado dele que vai ver que eles tinha todas as competências para ser superintendente da Furp.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Eu não falo da competência, nem do... Tem pessoas que têm diplomas, mil diplomas, DP daqui, DP dali, e é corrupto, está na corrupção. O maior que ele tem é o da corrupção. Então, vejo currículos aqui na Furp e a gente olha que não serviram de nada, porque a Furp só afundou. Por isso, estamos aqui para esclarecer esse caso. O senhor assumiu em 2011 e tinha um déficit de um bilhão de reais na fábrica nova?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não, não tinha um déficit de um bilhão de reais.

**O SR. CEZAR - PSDB** - O senhor falou agora.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não, não, não.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - A secretária.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Eu disse que a secretária, em razão da expansão, de um projeto de expansão de assistência, tinha um grande déficit na área de custeio e investimentos. Então, essa é uma realidade financeira de como encontramos a secretária.

A Furp, como... Eu diria que todos os laboratórios estatais têm dificuldades de equilíbrio de contas. Essa é a realidade do estado produzindo medicamentos. Essa era a realidade da Furp também, e é até hoje. A verdade é que a Furp produzia medicamentos. Em determinado momento, resolveram fazer outra fábrica. No momento em que resolveram fazer outra fábrica, é porque tinha uma demanda, senão não teriam feito mais uma fábrica, se não tivesse demanda.

Quando eu assumi a secretária, essa demanda já não existia, então era outra realidade. A realidade atual, hoje, é uma grande oferta de medicamentos no mercado por um preço muito baixo, porque os genéricos mudaram a realidade da oferta farmacêutica no Brasil.

Acho que, em cada momento, existia uma realidade e é claro que... Tenho certeza de que o secretário anterior, como na minha gestão, como na gestão seguinte,



todos tentaram resolver o problema, mas o problema da Saúde no Brasil é um problema muito complexo.

O problema é um problema de financiamento que não está equacionado e só tem piorado. Então, acho que essa é a nossa realidade. A Saúde não tem o que está na Constituição, o Brasil não tem recursos para oferecer, que é uma saúde integral para todos. A situação no estado de São Paulo é muito melhor do que em outros estados, mas mesmo no estado de São Paulo temos grandes dificuldades na Saúde. Temos um problema crônico de financiamento.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Dá um aparte para mim?

**O SR. CEZAR - PSDB** - Vou dar um aparte, porque da próxima vez eu faço uma pergunta para a deputada Beth Sahão, que ela quer responder. Antes de ela deixar o senhor responder, ela pulou.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Ah, pulei, é.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Pulou. Eu faço a próxima para ti.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Ah, vai... O deputado Cezar lembrou bem a questão do Flávio Vormittag. Ele esteve aqui. Qual é a grande dúvida que a gente tem? E a imprensa divulgou isso de forma bastante recorrente. Por que não houve o questionamento desse reequilíbrio econômico-financeiro, de 22 ou 25 milhões? Não se recorreu desse... A Furp não recorreu desse acréscimo, desse reequilíbrio que foi solicitado pela construtora ou pelo consórcio.

E aí há denúncias que estão sendo apuradas pelo Ministério Público e o Sr. Flávio Vormittag, juntamente com o Sr. Ricardo Mahfuz, teria recebido propina para não contestar isso. E de fato não houve contestação jurídica. Tanto é verdade que foi transitado em julgado, não houve o recurso e aí teve que se pagar aquilo que estava sendo proposto pelo consórcio.

Então, como é que o senhor lidou com isso? O senhor acompanhou isso ou ficou a critério da Furp, da superintendência da Furp, na época? E depois surgiram todos

esses questionamentos, essas denúncias, algumas inclusive estão em fase avançada e adiantada no Ministério Público.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Esse assunto não transitou pelo meu gabinete. Pelo que eu sei, essa questão da fase da contestação já foi com o secretário seguinte. Eu não teria como responder isso, pois desconheço. O que eu fui informado recentemente é que esse recurso, essa ação, teria transitado pela Furp, pelo Conselho da Furp, pela assessoria jurídica, e essa dívida teria sido considerada pertinente. A questão de recorrer ou não, isso em nenhum momento foi discutido na minha gestão. Pelo que sei, isso foi posterior à minha gestão.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Obrigada, deputado Cezar.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Vai responder a próxima? Eu te pergunto já.

Sr. Giovanni, a gente não está aqui para discutir a Saúde do Brasil, nem do estado, nem dos municípios. Estamos aqui para discutir uma fraude na Furp. Gostaria que o senhor prestasse mais atenção ao responder sobre a Furp. A Saúde a gente já conhece, todos nós conhecemos a Saúde do Brasil. Estamos aqui para saber o que aconteceu com a Furp. Uma hora o senhor alega que não tinha dinheiro, outra hora o estado paga 24 milhões de indenizações ao consórcio. Então, tinha dinheiro.

Eu pergunto para o senhor: para a fábrica fornecer mais investimentos, a PPP foi feita na sua época?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Em relação aos 24 milhões, como eu disse, eu desconheço. Isso não ocorreu na minha gestão. Por isso, não posso responder sobre esses 24 milhões.

A PPP foi uma decisão de governo que foi tomada na minha gestão e foi conduzida pelo órgão específico que cuidava de parcerias público-privadas. A Secretaria da Saúde contribuiu com auxílio técnico na identificação de medicamentos.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Sr. Giovanni, é aí que entra um problema sério. A PPP foi feita com vantagem própria para a PPP. “Olha, vou entrar, mas você me vende 200 milhões de remédio.” Até eu entrava nessa PPP. Aí caiu para 90, sendo que gastávamos

34 milhões, 56 milhões, ficou um vazio aí, e foi na sua gestão. Como o senhor explica isso?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - O fato de eu estar como secretário da Saúde é uma coisa, a condução e a formação da PPP e da proposta de PPP foi feita dentro de um órgão específico de governo. Isso ocorreu dentro da área econômica. A Secretaria da Saúde não tinha condições de formular uma proposta de PPP. Isso foi uma decisão... A formulação dessa PPP envolveu várias secretarias e vários agentes. A Secretaria da Saúde entrou com apoio técnico da identificação dos medicamentos. Era essa a competência da secretaria, e não formular a PPP.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Vou dar um exemplo ao senhor aqui, claro. Se alguém ou uma empreiteira vai fazer uma obra na cidade, casa popular, e o terreno custa caro, não fecha a conta. Eles já falam para você assim: “Não fecha a conta”.

Quando chegou ao senhor, o senhor deveria ter falado assim: “Não fecha a conta, não tem condição, como é que nós vamos produzir isso a esse preço? Nós estamos vendendo mais caro do que na farmácia”. Era só o senhor dar o grito e falar: “Não vai fechar a conta”.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Certamente, deputado, naquele momento, não era mais caro que a farmácia. É que mudou, a realidade mudou ao longo do tempo. Naquele momento em que foi feita a PPP, certamente, não era mais caro que a farmácia. É por isso que tem que se fazer as averiguações no devido tempo.

Quando a PPP foi constituída e quando se viu a lista de medicamentos, eram medicamentos em que preço fornecido era vantajoso, senão não teria sido feito, deputado.

**O SR. CEZAR - PSDB** - O que nós notamos aqui é que foi vantajoso só para a PPP. O senhor é o quarto ou o quinto. Eu já passei por três, não é, Sr. Presidente? E todos falaram a mesma coisa: “Naquele momento, ou neste momento, a inflação nossa é zero, e era a mesma coisa”. A coisa aconteceu e podia ser barrada. Alguém tinha que alertar o governo: “Não fecha a conta, não tem como produzir. Ou nós paramos a empresa ou para isso aí, porque não vai dar certo”.

Acabou nisso que está hoje aqui, uma CPI. Lá atrás, isso podia ser consertado. Era só alguém levantar e falar: “Não fecha a conta”. Eu falo isso para o senhor, porque eu fui prefeito, e toda hora que eu arrumava um terreno para casa popular, a mesma história: não fecha a conta. Alguém falava: “Não fecha a conta”.

Era isso que tinha que ser feito, não dá lucro. O senhor estava lá, o senhor era o presidente. Era essa a resposta que eu queria do senhor: “Não fecha a conta”. O senhor deveria ter alertado o órgão superior de que aquilo não ia dar certo. Essa PPP, ela nasceu já para encerrar a Furp.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - É o que eu disse, a PPP foi realizada dentro de uma empresa específica do governo, com estudos econômicos, dentro da Furp. A participação da Secretaria da Saúde foi identificar os medicamentos que o Estado precisava naquele momento. Algumas vezes...

É claro que, retrospectivamente, muitos erros cometidos poderiam ser corrigidos, mas, infelizmente, isso acontece. Certamente, ocorreu em qualquer área executiva. Muitas vezes, decisões tomadas, dentro de uma realidade “a posteriori”, não foram as melhores. Acho que nós assistimos a isso no Brasil todos os dias. Não que tenha tido uma decisão errada naquele momento.

Naquele momento, a decisão parecia a mais correta, os medicamentos que foram ofertados eram medicamentos que se compravam mais caro no mercado do que estavam sendo oferecidos pela PPP. A dinâmica mudou, os preços mudaram, a oferta mudou, mas a PPP também permite uma renegociação. Uma renegociação deve ter sido conduzida também.

**O SR. CEZAR - PSDB** - A benzetacil foi fabricada lá? O senhor disse aí, foi?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não, o que eu comentei do benzetacil, o benzetacil é um medicamento que os laboratórios privados não se interessam em produzir, e o Estado produz. O HC - Hospital das Clínicas - usa muito benzetacil. Então, é necessário que produtos necessários para a saúde pública, mesmo que não tenha um interesse comercial, continuem sendo produzidos.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Mas a benzetacil tem uma saída impressionante, é uma coisa, de cada dez que entram em um pronto-socorro, 11 tomam benzetacil.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - É. Por isso, é um produto importante.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Então, não era interessante para os grandes laboratórios?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Eu não sei dizer se a Furp produz ou o HC produz ele. Ele é produzido dessa forma, os grandes laboratórios não produzem mais benzetacil, não tem mais interesse em produzir benzetacil.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Sr. Giovanni, quando o senhor assumiu, a Furp ficou parada algum tempo por conta da Anvisa ou não? Dos registros dos remédios?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - A Furp de Américo Brasiliense?

**O SR. CEZAR - PSDB** - Isso.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Porque a de Américo Brasiliense, ela só tinha um registro. Ou seja, a Furp de Américo Brasiliense não produzia nada. Teriam que se fazer registros de novos medicamentos.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Ficou quanto tempo assim? Só porque os outros também falaram isso. Quanto tempo ficou isso parado?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - A Furp de Américo Brasiliense...

**O SR. CEZAR - PSDB** - Não produzia nada?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não produzia nada, por isso que o governo optou em fazer uma PPP, para achar uma outra solução para a fábrica da Furp.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Já havia funcionários, o senhor já estava lá, e lá não produzia nada?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Os funcionários que havia lá foram os funcionários que vinham da gestão anterior. Nós não contratamos ninguém para colocar na Furp de Américo Brasiliense. A Furp de Américo Brasiliense era um problema do governo estadual em 2011. E o governo estadual tentou resolver o problema.

Se não foi a melhor solução, isso... Pode ser que, neste momento, com uma outra realidade, realmente não compense mais produzir medicamentos lá. Talvez seja mais barato comprar no mercado, como a maior parte dos medicamentos que os laboratórios estatais produzem, o custo é alto, é bem mais alto do que se uma empresa privada produzir.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Hoje o senhor está afastado ou não?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Afastado do quê?

**O SR. CEZAR - PSDB** - Do Estado ou tem cargo?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não, eu sou professor da Universidade de São Paulo.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Ah, sim. O senhor é professor. Na época, o senhor não trabalhou no Butantã, né?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não, nunca trabalhei no Butantã.

**O SR. CEZAR - PSDB** - O senhor foi o único que não trabalhou lá. Sr. Giovanni, eu me dou por satisfeito, viu, Sr. Presidente? Obrigado pelas respostas.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Obrigado, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Obrigado, nobre deputado Cezar. Vou passar a Presidência ao nobre deputado. O senhor tem algum questionamento, deputado?

**O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Eu tenho um questionamento.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Por gentileza, tem a palavra.

**O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Primeiramente, Sr. Giovanni Guido, obrigado pela presença. O senhor, como ex-secretário da Saúde, queria que colocasse a posição do senhor quanto a uma possível desestatização, a privatização da Furp. Como o senhor encara isso? Se é benéfico para o Estado, se não, porque pode ser que o Governo do Estado mande para esta Casa algo parecido. Com a experiência do senhor, gostaria que o senhor se posicionasse.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Assim, a minha experiência com a Furp não foi uma experiência boa. Eu acho que o Estado tem muita dificuldade em produzir qualquer coisa. Acho que o Estado deveria ficar na regulação, em cuidar das grandes questões de saúde, focar na assistência.

Acho que, na produção, o Estado sempre vai produzir caro. Por exemplo, eu lembro que quando... Um problema comum na Furp, uma vez, um dos superintendentes disse comigo que demitiam os funcionários por justa causa, e a Justiça do Trabalho mandava readmitir funcionários, repondo todas as perdas salariais, que eram uma questão inadministrável. Quer dizer, a questão de como a Furp tinha um número grande de funcionários, mas não se conseguia readequar à produção do momento. Então, eu acho que o estado tem muita dificuldade de fazer gestão de fábricas. A consideração que eu faço é que, como a deputada comentou, existem medicamentos que são necessários.

Então, essa questão tem que ser equacionada. Ou seja, o estado ou negocia que esses medicamentos sejam produzidos pela iniciativa privada, mesmo até num custo maior, ou o estado tem que funcionar como regulador, tem que produzir, mesmo que custem mais caro alguns medicamentos. Porque, se não, o risco é ter um

desinvestimento em alguns medicamentos; como eu comentei, no caso do Benzetacil, onde empresas privadas não têm interesse em fabricar.

Então, acho que é esse o equacionamento que tem que ser feito. Certamente, a Furp e as outras estatais de medicamentos têm problemas, porque o estado tem dificuldade em fazer gestão de fábrica de negócio desse tipo.

**O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Obrigado, nobre deputado Agente Federal Danilo Balas. Eu vou passar a Presidência a V. Exa., já que é vice-presidente da comissão, para que eu possa fazer, pelo tempo regimental, um questionamento ao Sr. Secretário.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Agente Federal Danilo Balas.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - V.** Exa. tem o tempo regimental.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Bem, Dr. Giovanni, a gente já se conhece há um bom tempo, afinal o senhor foi secretário e eu era deputado aqui. E a gente sabe das dificuldades das Secretarias. Sempre o cobertor é curto, e as demandas são maiores.

O Benzetacil, remédio que o senhor está falando agora, só é produzido no Brasil? O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Ele é produzido...

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Só no Brasil?



**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - É uma boa pergunta. Acredito que não. Acho que o Benzetacil deve ser utilizado em muitos lugares do mundo.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Então, algum laboratório pelo mundo deve fabricar?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Com certeza.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Quem manda na Furp, secretário? O senhor tem lá um superintendente, conselho, mas quem manda na Furp? Quem manda nesse superintendente, quem é a pessoa que fala “olha, é por aqui”? Toma as principais decisões?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - A fundação tem uma autonomia administrativa. Tem o conselho, tem o jurídico. Ela tem toda uma autonomia, e é claro que o governo indica o superintendente e pode também, através dessa indicação, substituir o superintendente, pode dar o rumo à autarquia. Nós temos que ir nessa direção ou na outra direção.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Então, a gente precisa entender bem isso. Por isso que eu faço esses questionamentos. Nada de ordem pessoal, Sr. Secretário, até porque lhe respeito demais.

Mas o que a gente está entendendo é o seguinte: temos a Furp, é uma fundação. Quem indica quem vai para lá, normalmente, é o secretário de Saúde. Tenho ouvido aqui, de outros secretários e daqueles que foram indicados para aquele cargo. Aí, vem o governo do estado, uma equipe na Secretaria de Governo, faz um planejamento para fazer uma PPP para uma fábrica nova. Em algum momento, alguém definiu: “olha, vamos fazer a fábrica nova”. E depois alguém definiu: “vamos fazer uma PPP para produzir remédios”. Quem determinou isso - “vá lá e construa a fábrica”?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Veja, eu imagino que no momento em que se decidiu construir a fábrica, existia uma demanda. Ou seja, a Furp devia estar produzindo com bastante intensidade. E houve a necessidade de ampliar a oferta de

medicamentos através da Furp, fazendo uma nova fábrica. A verdade é que quando eu assumi essa Secretaria, a realidade era outra. Não havia necessidade da segunda fábrica.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - O senhor assumiu em 2011, né? E deixou a Secretaria em...

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Dois mil e treze.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Dois mil e treze. Mas então, secretário, desculpe, o senhor não respondeu à minha pergunta: foi o secretário de Saúde que determinou para construir uma nova fábrica ou foi o Sr. Governador do estado, ou foram ambos?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Eu tenho certeza de que foi uma decisão... O secretário da Saúde não tem poder... Autonomia para construir uma nova fábrica no estado de São Paulo. Inclusive, porque depende de recursos financeiros que a Secretaria nem teria disponíveis. É uma decisão de governo. Certamente, participou a área econômica; certamente, o governador endossou essa decisão, porque os argumentos apresentados naquele momento, talvez pelo secretário da Saúde...

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Justificavam.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Justificassem.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - E a PPP, da mesma forma? Não foi o secretário de Saúde, foi um conjunto junto com o Sr. Governador que definiu fazer a PPP, que era o melhor modelo?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Sem dúvida, a decisão da PPP era uma decisão complexa. Complexo era ter uma fábrica, em Américo Brasiliense, que não estava produzindo. Então, quais seriam as alternativas? As alternativas seriam vender a fábrica, que eu diria que era quase um processo impossível, inclusive porque não existiriam interessados naquele momento. A alternativa seria colocar a fábrica para

produzir, no momento em que a Furp já fabricava abaixo da produção. E seriam necessários investimentos para readequar essa produção.

E o que surgiu como alternativa, que já tinha sido discutida no governo anterior, é uma PPP. Ou seja, tentar fazer através da iniciativa, que a iniciativa privada produzisse medicamentos em parceria com o estado nessa nova fábrica; medicamentos que a Secretaria comprava. Devo dizer que até hoje essa lógica me parece aceitável, na realidade daquele momento. A fábrica estava pronta; precisaria de mais investimentos, registro de medicamentos, fazer a cesta, ter as patentes.

E o estado comprava medicamentos a um determinado preço. Se conseguiria produzir esses medicamentos num preço menor nessa fábrica, que já era do estado, que já tinha sido construída, o estado já tinha investido... Parecia uma opção adequada. Mas também foi uma decisão que foi tomada pela área econômica, por técnicos da Secretaria. A participação, claro, com a decisão do governador de ir adiante com esse projeto. Foi um momento em que o estado de São Paulo buscou PPPs: PPPs no Metrô, em outras áreas também. Essa PPP da Furp entrou na agenda do governo do estado. (Ininteligível.)

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - E o que o senhor acha que tem que ser feito hoje? O senhor que já passou por lá, administrou por dois anos e meio a secretaria, não foi isso? Em sua opinião, o que deve ser feito?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Eu... Se eu pudesse, eu me desfaria de... da indústria de medicamentos. Da Furp, da Américo Brasiliense. Essa, sem dúvida, seria a minha sugestão atual. Sei que é muito mais difícil executar do que sugerir, mas eu estou em uma posição muito mais confortável, mas é o que eu faria. Eu acho que a dificuldade de o Estado gerir isso é uma dificuldade intransponível.

Com a ressalva que eu comentei, que uma das dificuldades é a produção de alguns medicamentos que são essenciais e que alguém tem... mas existem outros laboratórios estatais no País. Talvez o melhor seria que um laboratório, um grande... um laboratório estatal fosse escolhido nacionalmente e esse laboratório produzisse os medicamentos considerados necessários para a saúde, que laboratórios privados não produziram.

Eu acho que cada estado, vários estados, teriam indústrias de medicamentos. A indústria estatal do Rio Grande do Sul está quebrada, a de Alagoas está quebrada, a de Goiás está quebrada, e assim vai. As indústrias estatais de medicamento estão todas em grandes dificuldades.

Algumas adotaram o modelo misto. A de Pernambuco, por exemplo, (Fala fora do microfone.) se manter melhor, mas a sugestão seria se desfaz de tudo isso.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Como é que funciona o Butantã? É mais ou menos como a Furp também em função da Secretaria de Estado? Qual a ingerência que tem lá para a gente entender um pouco.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - O Butantã... Ele é... Ele tem mais... O secretário tem mais ingerência no Butantã. Até tem uma fundação de apoio, mas o Butantã tem uma vinculação mais forte à Secretaria e tem uma subordinação maior à Secretaria.

O Butantã, ele é essencial na questão da produção de vacinas.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Não é o caso de privatização?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - O Butantã também poderia ser privatizado, contanto que a questão da produção de vacinas também fosse equacionada.

É... A França privatizou o laboratório de vacinas e... (Fala fora do microfone.). Também é uma solução, contanto que se... que exista essa previsão, não é? Quem vai fornecer ao estado o que o estado necessita. Na privatização, que isso seja contemplado, que a produção de vacina continue.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Quando secretário, o senhor entrou lá em 2011, assumiu a secretaria de estado, foi convidado pelo governador Geraldo Alckmin. Essa ação de indenização lá da Furp por parte do consórcio, liderado pela Camargo Córrea, quando tivemos dois funcionários da Camargo Córrea que fizeram uma delação premiada, na qual eles citam o Dr. Vormittag, também o Mahfuz, o ex-secretário Barradas, a propina na ordem de quatro milhões e quatrocentos... o senhor tomou conhecimento disso na época em que foi secretário?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não, eu não... Desconhecia qualquer um desses fatos, tanto em relação ao Barradas, secretário que eu sempre admirei muito, homem público muito dedicado à Saúde, por isso até me surpreende muito essa... Durante a época em que eu estive lá isso nunca foi comentado e nem nunca surgiu qualquer denúncia desse tipo.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Aí o senhor estava lá, saiu em 2015?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Eu saí em 2013, setembro de 2013.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Setembro de 2013.

A ação ingressou em 2012 e ela teve uma sentença proferida logo perto de quando o senhor saiu, quando o senhor deixou lá. O senhor tinha conhecimento, quando o senhor deixou, de que já havia sido proferida uma sentença?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Eu desconheci a ação, porque a ação deve ter sido conduzida dentro da Furp e, quando eu saí, até quando eu saí, eu não conhecia qualquer tipo de conclusão dessa ação.

Eu não conheci a ação e desconhecia que tinha sido proferida essa... essa...

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Essa decisão da Justiça.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Essa decisão contra a Furp. Eu tenho impressão... Tenho quase a certeza de que isso ocorreu depois que eu já tinha saído.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Não foi orientação do senhor então para que a Furp fizesse um acordo logo na primeira instância? Perdeu na primeira instância, vai lá e faz um acordo.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - De forma nenhuma.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Normalmente não se faz um acordo desses em primeira instância. Isso, lá na Secretaria, o senhor já teve casos desse na sua passagem por lá? Em que teve que fazer algum acordo na Justiça, de alguma indenização, de algum contrato?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Veja, eu acho que o normal é nunca aceitar decisão de primeira instância, agora, eu desconheço os detalhes dessa...

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Os advogados agradecem, né?

**O SR. CEZAR - PSDB** - O advogado é muito bom.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Quando a ação...

**O SR. CEZAR - PSDB** - O advogado do consórcio é bom demais.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, por que o senhor deixou a secretaria?

Eu estava aqui, teve muita especulação: “Por que o Guido Cerri deixou a secretaria de Saúde?”.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Veja, deputado, o senhor sabe que eu não sou e nunca fui filiado a partido nenhum. Eu era um técnico na secretaria. Particularmente, eu acho que não tenho vocação política. Para mim, esse período na secretaria foi muito penoso. Eu acho que precisa ter uma vocação e eu acho que eu não tenho essa vocação.

E, apesar de ter e de manter muita amizade com o governador Geraldo Alckmin, uma pessoa que eu respeito muito, ele entendeu que era um momento em que começava a discussão da eleição do ano seguinte, o panorama era um panorama, realmente, onde, talvez, fosse melhor um secretário que tivesse mais conhecimento e mais vocação política do que um secretário técnico.

Então, eu achei que minha missão na secretaria havia chegado ao fim e, felizmente, o Dr. Geraldo entendeu e somos amigos até hoje.

Mas, veja, eu acho que conduzimos muitas coisas importantes na Secretaria. Acho que expandimos bastante a ação assistencial. Houve uma ação importante em relação aos hospitais universitários. Os nossos hospitais públicos viram passar a crise econômica porque houve investimentos em infraestrutura, então eu... apesar de ter sido um período difícil, eu acho que a Secretaria conseguiu realizar algumas coisas importantes. Não me arrependo de ter assumido esse compromisso durante quase três anos.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Giovanni, o senhor recebeu, em algum momento, alguma demanda não republicana?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Então, eu nunca recebi. Nunca recebi, mas devo dizer que eu tinha um membro do Ministério Público como meu chefe de gabinete. Estava presente em todas as reuniões. Então, eu acho que essa foi uma... Talvez isso seja o mais acertado da minha gestão, ter um membro experiente do Ministério Público como chefe de gabinete.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Quem era, na época?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - O Mapelli. Hoje ele está na Escola Superior do Ministério Público.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, eu vou fazer perguntas aqui que vêm à gente. Eu tenho feito a todos, nada de pessoal.

O senhor figura como dono de uma empresa chamada Médis Diagnóstico por Imagem, com sede aqui no município de São Paulo. Consta que ela foi aberta no ano de 2007 e, segundo os registros oficiais, o senhor não se desligou dela no mesmo período em que foi secretário de Saúde, entre 2011 e 2013.

Essa empresa prestou algum serviço ao governo do estado, ou a empresas, entidades, organizações sociais que mantinham contrato com o governo do estado na época em que o senhor foi secretário?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - De forma nenhuma. Essa empresa presta serviços médicos para Hospital Sírio-Libanês. É importante ressaltar que o Hospital Sírio-Libanês tem um braço social, que atende organizações sociais, mas a minha empresa nunca teve nenhuma atividade pública, nunca prestou nenhum serviço para a área pública.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Esse vínculo com essa empresa e ser secretário de estado não influenciou o senhor para deixar o cargo? Influenciou?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não, não influenciou. Essa atividade médica da minha empresa - eu tenho muitos sócios médicos nessa empresa -, ela continua prestando serviço, e em nada interferiu na minha atividade como secretário, e não teve nenhuma participação, nada do setor público.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Depois que o senhor deixou a Secretaria de Saúde, o senhor instituiu uma nova empresa, chamada Clintech Participações S. A. O seu objeto social, pelo menos o que consta, é na atuação de área de holdings de instituições não financeiras. O que é essa empresa? Se é que o senhor pode...

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Essa empresa é uma empresa de diagnóstico, sediada em Rio Preto, que presta atividade de diagnóstico em Rio Preto. Diagnóstico por imagem e diagnóstico laboratorial em Rio Preto.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Essa empresa se deu... Quem são seus sócios lá, Sr. Giovanni?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - São dois médicos. Fernando Paiva, Conrado Cavalcanti, e o grupo NC.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Grupo NC? NC é mesmo grupo da AMS, é um grupo ligado à AMS?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - É a holding.



**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - É a holding. E ela presta serviços lá em Rio Preto? E ela não tem contrato com a Furp, com o governo do estado, essa NC?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Essa NC é a controladora da AMS.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Ah, ela é a controladora da AMS?

Eu tenho que fazer as perguntas que me chegam aqui, Sr. Secretário. Menos de dois meses depois da construção de sua empresa, ela recebeu um aporte, segundo registros oficiais, de um milhão e meio de reais, justamente do grupo NC, empresa grande, o senhor mesmo já colocou aqui.

A que se deve isso? Compra de equipamentos? O senhor se lembra disso?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Claro. São compra de equipamentos que estão lá, em um prédio junto à Santa Casa de São José do Rio Preto. São investimentos para equipamentos de diagnósticos na Santa Casa de São José do Rio Preto. A empresa está funcionando lá.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - O Dr. Eleuses, que é conhecido no meio por todos nós, no meio político, foi deputado, ele também é seu sócio lá?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - O Eleuses não é sócio. Quem é sócio é o filho dele.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Ah, o filho do Eleuses. Uma pena. Ele foi um grande deputado. Conheci muito.

Em janeiro deste ano, o senhor foi admitido como sócio de uma terceira empresa, a Criva, Centro Regional de Radiologia Intervencionista e Vascular, com sede também lá em Rio Preto. Na mesma data também ingressou a empresa NC. É isso mesmo?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - É isso mesmo. É uma empresa de imagem também. Na mesma na mesma área de atuação.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - O que... Como é que se deu essa estruturação com o grupo NC, para o senhor tornar-se parceiro deles?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - O grupo tinha interesse em diversificar a área de atuação, e resolveu investir com a gente nessa área de diagnóstico, porque eles atuam na área de diagnóstico também. Eles tinham interesse de diversificar na área de diagnóstico por imagem, diagnóstico laboratorial.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - E isso se deu quando o senhor era secretário ou depois de secretário, essa relação com a AMS?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Essa relação é totalmente posterior. À época eu já tinha saído da Secretaria. Muito tempo depois.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, Victor Hugo trabalhou com o senhor lá na Secretaria.

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Victor Hugo trabalhou na Secretaria. Eu não lembro bem qual que era a função dele, mas trabalhou na secretaria. Ele é da área farmacêutica. Eu não sei se ele estava na Secretaria ou estava na Furp. Isso eu não lembro, mas o Victor Hugo trabalhou muitos anos na Secretaria.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Há uma dúvida entre nós todos aqui, ou pelo menos eu, deputado, o seguinte. Não tem como a Secretaria de Estado determinar uma nova cesta de medicamentos, para que a Furp produza e tenha um equilíbrio econômico-financeiro? O que me parece aqui - eu não entendo nada dessa área, secretário, até porque ela é muito técnica, também sou advogado...

Se tinha uma cesta de 96 produtos... Se a tabela de medicamentos lá que serviu como base, o desconto de cerca de 50% para PPP... Também não sei se a tabela é que subiu demais, porque, às vezes, é assim, a tabela sobe demais, aí dá mais desconto, ou, se a tabela foi normal e, como todos dizem aqui, a tecnologia barateou os remédios. Vieram aí os genéricos, clone, tanta coisa nova que apareceu.

Não seria o caso de a Secretaria, então, renegociar esse contrato da PPP, para deixar um contrato condizente com a expectativa do empresário, mas também com a expectativa aqui do estado. O senhor acha que existe uma fórmula para isso?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Bom, eu acho que alternativa é renegociar. Tem que ser renegociado. Se o contrato é desvantajoso para o estado, neste momento, tem que renegociar a cesta de medicamentos ou fazer a PPP. Quer dizer, acho que não existe uma outra alternativa. Se os medicamentos não interessam mais para o Estado, esses medicamentos têm que ser substituídos por outros. Ou, essa PPP tem que ser encerrada. O que também é um problema: o que vai se fazer com a fábrica de Américo Brasiliense? Talvez seja melhor fechar mesmo.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, o senhor fez gestões para tentar ajustar esse contrato de PPP, ou não?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - O contrato da PPP, ele começou a ser executado depois que eu já tinha saído da Secretaria.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - O senhor saiu depois de 15 dias que ele foi assinado? É isso?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Saí sim. Saí logo depois da assinatura desse contrato.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, a gente, aqui na CPI, acho que todos os deputados pensam da seguinte forma: queremos tentar manter o emprego das pessoas que querem trabalhar na Furp. Até porque, hoje, estamos com dificuldade em todas as áreas. O senhor mesmo nos dizia que conversa com os deputados da alta demanda, porque as pessoas perdem o emprego, não têm mais o seguro ou convênio de saúde, vão à rede pública. Isso aumenta muito os custos.

Então a nossa preocupação com os funcionários da Furp, principalmente com os bons funcionários, é isso: o que vai acontecer se o Governo do Estado resolver fechar a Furp? São fábricas de medicamento. Empresas desse ramo poderiam adquiri-la e talvez

assumir os funcionários dentro de um acordo com o Ministério Público Estadual, com o Ministério Público do Trabalho. Esses funcionários poderiam ser remanejados lá? O senhor acha que eles poderiam ser aproveitados lá no Butantã, por exemplo? Ou não?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Acho difícil. Acho que são funcionários que têm uma expertise técnica de indústria de medicamentos. Acho, talvez, que um ou outro que não fosse especializado pudesse ser reaproveitado. Mas acho isso difícil.

Como o que se vê é que muitas empresas farmacêuticas multinacionais estão encerrando a fabricação de medicamentos no Brasil, acho que essa é uma tendência preocupante. Por isso que acho que o mercado, para poder ceder essa fábrica para um grupo privado, acho difícil. É uma fábrica já obsoleta, uma fábrica antiga. É uma solução complexa.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, o senhor não conhece o Ricardo Mahfuz? Porque o Ricardo Mahfuz esteve aqui e ele mentiu nessa CPI. Deslavadamente. Parece que estamos recebendo, esses dias, algo que os deputados vão tomar conhecimento, e é sigilo. Mas, de documentos que comprovam a relação dele com outros membros da Furp. Inclusive, movimentação financeira altíssima. Isso é sigilo, os deputados devem estar tomando conhecimento.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Não, ele mentiu e foi cara de pau. Porque falei para ele duas vezes, se quando ele punha a cabeça no travesseiro, ele dormia. Duas vezes fiz essa pergunta para ele: se ele tinha consciência do mal que ele fez para aquela pessoa que está lá esperando o remédio.

Várias vezes perguntei para ele: “Quando você põe a cabeça no travesseiro, na sua casa, você dorme?” Ele disse que dormia tranquilamente, mentindo barbaridade. Pode consultar na ata que está aí, o senhor perguntando a ele, o Mahfuz.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - O senhor conhece uma empresa, secretário, chamada PML?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Não lembro o que é PML.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Engenharia, arquitetura.**

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI - Desconheço. Não.**

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM -** É, novas notícias vamos receber, esses dias, sobre essa empresa, que é de propriedade de integrantes desse esquema que houve uma delação premiada, que o Ministério Público vem averiguando. Mas, secretário, eu queria agradecer a sua presença. Me dou por satisfeito. Devolvo a palavra ao Sr. Presidente em exercício.

**O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL -** Mais uma vez, Sr. Secretário, agradeço. E repasso as palavras ao deputado Edmir Chedid.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM -** Quero comunicar aos senhores... Antes, muito obrigado, nobre deputado Agente Federal Danilo Balas. Quero comunicar aos senhores e à imprensa: amanhã a nobre deputada Beth Sahão se fará presente na Furp, às 10 horas da manhã, para receber representantes de funcionários e discutir a situação.

Ela representa todos nós lá. Todos os deputados estão convidados, para que ela realize lá a busca de informações importantes. Inclusive, de denúncias que existem de funcionários.

Funcionários convidados para participar dessa reunião. Assuntos gerais, a senhora Maria José Marins Souza; na área de compra, Ana Gomes; na área comercial, Valmir Nogueira Lima; na área de produção, Ana Claudia Canton; planejamento e controle da produção, José Carlos Fontana; na área de RH, Silvia Regina Ferreira Reis; na área financeira, Erica Motta.

E uma comissão de funcionários: Alexander Rodrigues Caetano, auxiliar de almoxarifado; Amarildo Almeida Santos, operador de pesagem; e Jesse de Silva Mariano, operador de pesagem; e também Maria Aparecida Lucente, que é de assuntos gerais.

Então quero agradecer a sua presença. O senhor deseja explicar mais alguma coisa? Fazer uso da palavra?

**O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI** - Também agradeço a participação.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Então dou por encerrada a presente sessão, convocando também os senhores para a sessão da semana que vem.

Agradecendo a toda a assessoria, os Srs. Deputados, a presença do doutor Giovanni e também do procurador da Casa, que vem nos dando total assistência. Inclusive, buscando os documentos. Dois procuradores aqui hoje - o grupo está pesado- que têm dado toda a assistência aos Srs. Deputados e a essa CPI, a quem agradecemos. Muito obrigado.

Registro também o ofício do nobre deputado Thiago Auricchio pela sua ausência aqui, em função de outros assuntos tratados na Assembleia Legislativa. Da mesma forma, do nobre deputado Olim, que tinha compromissos fora da Casa no dia de hoje.

Dou por encerrada a presente sessão.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*